

# A cultura epistolar entre antigos e modernos: Normas e práticas de escrita em manuais epistolares em princípios do século XVI

Raphael Henrique Dias Barroso\*

## Resumo

Esse trabalho busca circunscrever brevemente os códigos da escrita epistolar de ambientes cortesãos em inícios do século XVI. Primeiramente, daremos luz aos preceitos das *Ars Dictaminis*, conjunto de tratados e manuais que buscavam adequar a escrita as posições sociais dos missivistas e manter a coerência entre as partes, em paralelo com as técnicas retóricas da oratória. Em seguida, mostramos como Erasmo de Roterdã e Juan Luis Vives buscam rever esses princípios epistolográficos, recuperando das cartas de Cícero, Sêneca e Plínio, uma linguagem *familiar* que valorizasse as características pessoais e a relação entre o escrevente e o destinatário. Concluímos que esses códigos estiveram presentes em grande medida nas missivas diplomáticas entre o embaixador português D. Miguel da Silva e o rei D. Manuel, servindo tanto de suporte para a escrita, quanto para os interesses das cortes.

Palavras-chave: Cultura Escrita; Correspondência; Diplomacia.

## Abstract

This paper aimed to briefly circumscribe the codes of epistolary writing of court environments in the early sixteenth century. Firstly, we will enlighten to the precepts of the *Ars Dictaminis*, a set of treatises and manuals that sought to adapt the writings of the writers' social positions and maintain coherence between the parties, in parallel with oratory rhetorical techniques. Secondly, we show how Erasmus of Rotterdam and Juan Luis Vives seek to revise these epistolographic principles, recovering from the letters of Cicero, Seneca and Pliny a familiar language which values personal characteristics and the relationship between the scribe and the recipient. We conclude that these codes were present to a great extent in the diplomatic missives between the Portuguese ambassador D. Miguel da Silva and King D. Manuel, both serving both as writing support as well as to the courts interests.

Keywords: Written Culture; Epistolary Correspondence; Diplomacy.

\*Mestrando em História Social pela Universidade de São Paulo. E-mail: rapha-barroso@hotmail.com. Este trabalho é parte da pesquisa que vem sendo realizada sobre o processo de escrita diplomática no reinado de D. João III, intitulada *Nas linhas do "correio volante": a correspondência entre D. João III e seus embaixadores em Roma (1521-1557)*.

Em uma das primeiras correspondências que D. Miguel da Silva e Menezes envia ao rei D. Manuel de Portugal, após sua chegada em Roma, no ano de 1515, o embaixador relata como o papado era chefiado por pessoas de “grande importância”.<sup>1</sup> Nesse sentido, suas palavras se pautam em lembrar o soberano da necessidade de se relacionar “amistosamente” com a alta linhagem eclesiástica, que tinha em Roma um disputado ambiente por controle e influência. Dentre aqueles aos quais D. Miguel se referia estavam o papa Leão X (Giovanni di Lorenzo de Médici), o cardeal Antonio Pucci (conhecido como Santiquatro, cardeal protetor de Portugal e um dos quatro principais da Cúria) e ao cardeal da família Médici, Giulio di Giuliano de Médici (futuro papa Clemente VII). Para tanto, como diz o embaixador, para se relacionar com indivíduos de tanta eminência e se beneficiar dessas aproximações era necessário sempre agradecer aos favores prestados na Cúria e, principalmente, enviar correspondência assinada pelo rei<sup>2</sup>, pois pelo que é exposto, os méritos do trabalho de D. Miguel da Silva dependiam daqueles que “governam” em Roma: “Vossa alteza repriquer sobre isso ao papa larguamente e assy ao cardeal santiquatro e ao cardeal de medices, que estes sam os que qua governam tudo isto inteiramente”.<sup>3</sup>

Entretanto, ao prosseguir com a carta, D. Miguel recomenda ao soberano que é necessário dar atenção a escrita da correspondência que era enviada a Roma, mesmo que não endereçasse exclusivamente ao embaixador. Nas palavras de D. Miguel: “e as cartas nam venhão em lingoagem, como qua vejo muitas”. Mas, a que linguagem se refere o embaixador? Seria útil ao rei não utilizar o português em sua escrita e utilizar o latim nas suas correspondências? Seria mais vantajoso escrever na linguagem nativa, isto é, os idiomas usuais da península itálica, a exemplo do toscano ou o latim vulgar? Ao que parece, a linguagem para qual o embaixador chama atenção, não se refere exclusivamente ao idioma latino, mas a maneira como é empregado: “Vossa alteza faça o que mais for seu serviço, que melhor o entende que todos, que eu qua vejo todas as cartas de frança e do Emperador [Maximiliano I] que lhe cumprem em muy bom latym”.<sup>4</sup> O que D. Miguel está preocupado é com a retórica das cartas, ou seja, a forma como o remetente se apresenta ao destinatário, a maneira de se despedir, de

<sup>1</sup> D. MIGUEL DA SILVA. “Carta a El Rey D. Manuel de 31 mar. 1515”. In: REBELO, Luís Augusto da Silva (org.). *Corpo Diplomático Português, contendo os actos e as relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o século XVI até os nossos dias*. Vol. 1. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1862, pp. 322-323. D. Miguel da Silva e Menezes foi um cortesão de extrema notoriedade na história política portuguesa, tendo sido nomeado pelo rei D. Manuel como segundo embaixador permanente de Portugal em Roma no ano de 1515. Nascido de família aristocrática em 1480, seus pais tiveram forte vínculo com a casa real. Aos vinte anos, foi enviado à Paris e, em seguida, à Siena e Bolonha, a mando do rei para adquirir um conhecimento letrado, teológico e humanista. Nesse percurso, tomou contato com figuras que viriam a ser muito prestigiadas pela cultura da península itálica, como Rafael Sânzio, renomado pintor e conhecido pela beleza de suas *Madonnas*, e Baldassare Castiglione, que lhe chegou a homenagear na dedicatória do livro *Il Cortegiano* (O Cortesão) de 1528. Cf. ZANATTA DE SOUZA, Maria Luiza. “D. Miguel da Silva, bispo de Viseu e o seu destacado papel na eclosão de um novo repertório artístico e cultural renascentista em Portugal em meados do século XVI”. *Revista Diálogos Mediterrânicos*. Nº 8, 2015, p. 153.

<sup>2</sup> Segundo D. Miguel era mais vantajoso ao monarca agradecer aos cardeais do que esperar que o embaixador o fizesse, pois, as palavras do rei teriam peso diferente se fossem enviadas pelo embaixador: “a minha deçraraçam nam tem tanta autoridade como as próprias palauras de vossa alteza”. Cf. D. MIGUEL DA SILVA. “Carta a El Rey D. Manuel de 31 mar. 1515”. In: *Op. Cit.*, p. 322.

<sup>3</sup> *Ibidem*, p. 323.

<sup>4</sup> *Ibidem*, pp. 323-324.

usar figuras de linguagem, de escolher os argumentos para defender sua causa, de manter a coerência entre as partes da escrita, de escolher os autores que serão imitados, etc.

Escrever uma carta corresponde a um hábito muito anterior ao período de D. Miguel da Silva. Como uma prática largamente empregada na história, a prática epistolar esteve presente sob a análise de diferentes reflexões teóricas que buscavam compor a carta, ao menos com a finalidade inicial, de transmitir eficientemente uma mensagem. Tendo a sugestão de D. Miguel da Silva como ponto de partida, neste trabalho buscamos discutir os preceitos epistolares que poderiam compor uma “linguagem” para uma correspondência diplomática na primeira metade do século XVI. Para tanto, buscaremos pontuar para as chamadas *artes retóricas* que acompanhavam a composição da correspondência. Como lembra João Adolfo Hansen, para pensar em uma “Retórica”, enquanto uma instituição que esteve presente em diferentes aspectos da sociedade europeia desde a antiguidade greco-romana até o século XVIII, é preciso ter em mente que havia várias “retóricas”.<sup>5</sup> Ou seja, o uso das técnicas retóricas não se refere a uma tradição, que se aperfeiçoa linearmente e em forma de unidade, visto que as técnicas são diversas e buscam, a grosso modo, o máximo de clareza dos argumentos por meio de palavras bem adornadas e convincentes. Para Hansen: “a técnica retórica é arte de falar bem, não de falar o Bem ou a verdade”,<sup>6</sup> em outras palavras, a técnica retórica é uma somatória de variáveis, mas que é entendida em seu conjunto como uma arte e um ofício.<sup>7</sup> Falar e escrever com requinte, verossimilhança e bem adequado a posição social em que a pessoa se encontrava, eram condições essenciais para os discursos epistolares.

Assim, escolhemos analisar dois importantes momentos da história da composição epistolar. O primeiro encontra-se por volta dos séculos XI e XII, e teve larga difusão na Europa por meio de manuais e tratados conhecidos em conjunto como *Ars Dictaminis*. Manuais que eram inspirados nos preceitos retóricos da oratória e que tinham na figura do destinatário e a posição que ele ocupava socialmente como o foco do escrevente. O segundo, próprio do século da correspondência de D. Miguel da Silva, recupera do estilo das cartas de Cícero, Sêneca e Plínio, uma escrita familiar, característica de conversas íntimas, entre amigos. A escrita proposta será aquela despreocupada com regras rígidas e palavras muito eloquentes, mas com estilo simples, sem muitos adornos, lembrando uma conversa em ambientes domésticos e familiares.

## Da voz ao papel

---

<sup>5</sup> HANSEN, João Adolfo. “Instituição Retórica, técnica retórica, discurso”. *Matraga*, Vol. 20, Nº 33, 2013, p. 12.

<sup>6</sup> *Ibidem*, p. 13

<sup>7</sup> Segundo Jacques Lafaye a “arte” era entendida em ambientes letrados pela sua raiz latina *Ars* em semelhança a *tecné* grega, isto é, um ofício. Dessa forma, também significava dizer que simular a arte era agir de maneira correta e adequada. Lafaye faz menção ao verbete de Sebastian de Covarrubias, escrito em fins do século XVI e publicado em 1611, para lembrar que a arte era definida como a *recta ractio rerum faciedarum*, a forma correta de fazer as coisas. Cf. COVARRUBIAS Y OROZCO, Sebastián de. “Tesoro de la lengua castellana o española”. *Apud*: LAFAYE, Jacques. *Por amor al griego*. La nación europea, señorío humanista (siglos XIV-XVII). Cidade do México: FCE, 2005, p. 37.

A grosso modo, as técnicas retóricas seguiam o preceito da *actio*, isto é, da ação, do mover orador e ouvinte a agirem a um fim determinado, através do discurso persuasivo. Para elaborar esse discurso era necessário seguir outro preceito, *dispositio*, ou seja, uma vez selecionados e preparados os argumentos por meio da *inventio* e da *elocutio*, era necessário compô-los segundo regras de hierarquia (dependendo do gênero discursivo) de ordenação, apresentação, exposição e mesmo de conclusão. Esses preceitos, sumariamente organizados por Aristóteles, arvoraram nos séculos IV e V a. C., onde as disputas eram o núcleo das deliberações políticas e a fala persuasiva era de fundamental importância.<sup>8</sup> Mas foi no período republicano de Roma, que Cícero propôs técnicas retóricas mais incidentes no século XVI.<sup>9</sup> Para o autor do *De Oratore*, o poder persuasivo do discurso não se dissocia da eloquência do orador; a habilidade de conduzir o ouvinte para o fim desejado é feita quando o orador expõe o seu caráter, demonstrando conhecer plenamente aquilo que delibera e possuir as qualidades mais esperadas para quem discursa.<sup>10</sup>

Para Cícero, antes de se buscar mobilizar o ouvinte, deve-se moderar o discurso de acordo com a situação e à pessoa com quem o orador se dirige (*moderactio*).<sup>11</sup> A fala persuasiva para o orador também é vista como agradável, ligada a arte de se falar bem (*ars bene dicendi*). Consequentemente, preceitos ciceronianos como decoro, urbanidade e civilidade tornaram-se especialmente caros para quem desejava ter elegância e requinte com as palavras. No entanto, sem excluir a importância que o latim eclesiástico teve para as preceptivas retóricas,<sup>12</sup> não

<sup>8</sup> Aristóteles, máxima autoridade da retórica, entende que o discurso retórico deve ser organizado, porque, de outra forma, ele perde sua beleza e seu caráter persuasivo. No entanto, a organização para qual o filósofo chama a atenção, não é tanto pela amarração lógica dos argumentos ou das ideias, mas pela musicalidade e pelo ritmo do discurso. No livro 3 da *Retórica*, Aristóteles analisa a *taxis*, isto é, a *dispositio*, a ordem, a construção e a disposição das partes do discurso. Divididas inicialmente em exposição (o assunto do discurso) e demonstração (a retórica dos argumentos), Aristóteles propõe uma subdivisão quadripartida, em contraposição as “divisões ridículas” que ele criticava, como as de Isócrates, Teodoro e Dionísio de Halicarnaso. A primeira é o *Proêmio*, “é o início do discurso, que corresponde na poesia ao prólogo e na música ao prelúdio. Todos esses são inícios e como que preparações do caminho para o que se segue”. Depois a *Narração*, “dizer aquilo que aclara o assunto e que permite supor o que efetivamente ocorreu ou se foi provocado um dano ou cometido um delito”. Em seguida, a *Demonstração*, a qual “o orador há de verificar a correta ordem de suas teses, utilizando da evidência persuasiva que dispõe, de modo que, a demonstração seja a parte principal do discurso”. E por fim, o *Epílogo*, que “consiste em quatro pontos: inclinar o público ao nosso favor e contra o adversário; amplificar e minimizar; incitar as paixões no ouvinte e fazer com que ele os busque em sua memória”. Cf. ARISTÓTELES, III; 1414b, 1417a, 1419b. In: \_\_\_\_\_. *Retórica*. Madrid: Editorial Gredos, 1999, pp. 558; 574; 580; 594.

<sup>9</sup> Cf. REMER, Gary. *Ethics and the Orator: the Ciceronian Tradition of Political Morality*. Chicago; Londres: University of Chicago Press, 2017, pp. 89-165.

<sup>10</sup> “Apresentar o seu caráter pelo discurso, então, como justo, integro, religioso, timorato, tolerador de injustiças, tem um poder absolutamente admirável; e isso, quer no princípio, quer na narração da causa, quer no final, tem tamanha força, se for tratado com delicadeza e julgamento, que muitas vezes tem mais poder do que a causa”. CÍCERO, II, 184. “Do Orador”. In: SCATOLIN, Adriano. *A invenção no Do orador de Cícero: um estudo à luz de Ad Familiares, I, 9, 23*. Teses de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009, p. 227.

<sup>11</sup> Para Cícero, todos são movidos pela oratória, pois o discurso tem tamanho poder sobre as pessoas que pode conquistar seus ânimos, seus espíritos, como os dos juizes, por exemplo. Para ele, quando o orador é colocado frente a um juiz que pareça ser íntegro e neutro as emoções, “é preciso se esforçar mais”, pois “tudo deve ser estimulado pelo discurso”. Cf. CÍCERO, II, 187. In: *Ibidem*, p. 228.

<sup>12</sup> Peter Burke lembra que o uso do latim no âmbito eclesiástico também era uma forma de imitação dos antigos, pois buscava seguir suas máximas e utilizá-las no cotidiano de estudantes e professores, visto que os alunos não apenas usavam o latim nas aulas como eram incitados pelos professores a também falarem em latim nos momentos fora da classe. Cf. BURKE, Peter. *Hablar y callar. Funciones Sociales del lenguaje a través de la historia*. Barcelona: Gedisa, 2001, p. 62.

devemos entendê-las apenas pelo sentido da oralidade. Segundo James Murphy, convencionou-se durante o período da Baixa Idade Média escrever sobre um suporte oratório.<sup>13</sup> Ler evocava não apenas a visão, mas também a audição e outros sentidos, visto que o costume de se ler em voz alta era “constitutivo do hábito de leitura”.<sup>14</sup> Em outras palavras, a escrita não substituíra a fala e vice e versa, pois, era um hábito muito mais coletivo e menos particularizado.<sup>15</sup>

Tendo as preceptivas retóricas como referência, a organização da escrita das correspondências também se pautava por princípios básicos da oratória, isto é, havia uma relação muito mais próxima com a oralidade, pois entendia-se que a voz que uma vez estaria presente na leitura também se encontraria na escrita.<sup>16</sup> A carta era formulada a partir de uma voz externa que ditava sua composição, e era essa voz que, de certa maneira, se buscava levar ao destinatário, pois esse poderia “presenciar” o remetente no momento da leitura.<sup>17</sup> A escolha das palavras precisava ser bem medida e variada em relação a quem destinavam-se, de modo que a ausência entre eles pudesse ser minimizada.<sup>18</sup> Nas palavras de Fernando Bouza: “O que as cartas não podem fazer é vencer a ausência, o que por acaso podem é minimizar seus efeitos”.<sup>19</sup>

Ditar a escrita de uma carta tornou-se tão habitual que o verbo latino *dictare* passou a ser confundido com a própria escrita da correspondência.<sup>20</sup> Foi por volta do século XII, principalmente na região norte da península itálica, que se desenvolveu, por inspiração das artes retóricas, um gênero específico para a composição das epístolas.<sup>21</sup> Os professores de retórica,

<sup>13</sup> MURPHY, James. *A History of Rhetorical Theory from Saint Augustine to the Renaissance*. Los Angeles: University of California Press, 1975, p. 194.

<sup>14</sup> HANSEN, João Adolfo; MOREIRA, Marcello. *Para que todos entendais: poesia atribuída a Gregório de Matos e Guerra: letrados, manuscritura, retórica, autoria, obra e público na Bahia dos séculos XVII e XVIII*. Vol. 5. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 59.

<sup>15</sup> “Esta prática antiga de transmissão oral foi, é claro, suplementada por documentos escritos quando foi necessário. Com muita frequência, no entanto, o documento escrito era apenas lido diretamente ao destinatário; aparentemente, o objetivo final era enviar uma mensagem clara. Já substituir a linguagem oral pela linguagem escrita não era o mais importante”. Cf. MURPHY, James. *Op. Cit.*, p. 194. No original: “This ancient practice of oral transmission was of course supplemented on occasion by written documents. Frequently, however, the written document was merely read aloud to the addressee; apparently the desired end was accuracy of message transmission, not the replacement of oral language by the written”.

<sup>16</sup> Hansen e Moreira informam que havia nos textos impressos e manuscritos, por meio de sinais de pontuação e notação, índices de oralidade, isto é, “índícios da atualização performática dos textos por meio da récita ou do canto” que pudessem auxiliar o leitor na performance da leitura. Ao lerem as poesias atribuídas a Gregório de Mattos Guerra, no *Código Arsênio Cunha*, os autores lembram que é preciso atentar-se para a historicidade dos regimes discursivos, porque “o registro textual não basta, por conseguinte, para dar-nos uma medida exata de aspectos respeitantes à historicidade da socialização desse gênero poético e de sua fricção na sociedade colonial seiscentista e setecentista, já que o registro preserva a letra, mas não a melodia, a voz, nem muito menos o engajamento dramático do corpo no ato performático”. Cf. HANSEN, João Adolfo; MOREIRA, Marcello. *Op. Cit.*, p. 283.

<sup>17</sup> Deve-se à Cícero, no século I a. C., uma das definições mais clássicas conhecidas do diálogo epistolar, isto é, *per absentiam*, (diálogo entre ausentes). Cf. MUHANA, Adma F. “O gênero epistolar: diálogo *per absentiam*”. *Discurso*, Nº 31, 2000, p. 331.

<sup>18</sup> Segundo Adma Muhana, o diálogo epistolar expõe uma dificuldade maior ao escritor em relação ao orador, pois o escritor deve se esforçar ainda mais para dar forma às coisas que diz, visto que não fará uso da presença física: “É apenas pela escolha e combinação das palavras que o escritor irá mostrar ao leitor o seu pensamento sobre as coisas, mostrando as coisas sobre as quais fala sob uma certa luz”. Cf. MUHANA, Adma F. *Op. Cit.*, p. 331.

<sup>19</sup> BOUZA, Fernando. *Corre Manuscrito*. Una historia cultural del Siglo de Oro. Madrid: Marcial Pons, 2001, p. 137. No original: “Lo que no pueden las cartas es vencer la ausencia, lo que acaso pueden es paliar sus efectos”.

<sup>20</sup> MURPHY, James. *Op. Cit.*, p. 195.

<sup>21</sup> Peter Burke retrocede ainda mais nessa explicação, segundo ele, a partir do século X “podemos ver escritores medievais, que adaptam o vocabulário ciceroniano das boas maneiras (*urbanitas*, *decorum*, etc.) ao ambiente da corte.

conhecidos por *dictadores*, eram também instrutores de técnicas de escrita, entre eles, Alberico de Monte Cassino, Hugo de Bolonha e diversos outros cujos nomes desconhecemos, foram responsáveis por disseminar preceitos epistolográficos em manuais e tratados que em conjunto denominaram-se *Ars Dictaminis*. Para Quentin Skinner, as *dictaminis*, não só foram importantes na readequação dos preceitos retóricos para a escrita epistolar, mas responderam a uma demanda prática e muito eficaz para os setores administrativos.<sup>22</sup> Os *dictadores*, preocupados com a praticidade dos seus preceitos, começaram a usar exemplos cotidianos para comporem seus manuais. Dirigindo-se aos eclesiásticos e aos magistrados, os professores logo abandonaram “toda e qualquer alegação de que tenham como interesse essencial instruir seus alunos nas artes retóricas, e preferem se apresentar, diretamente, como os conselheiros políticos naturais para os governantes e as cidades”.<sup>23</sup>

Essa preocupação em escrever para as altas posições políticas e religiosas tornou-se lugar comum para as *dictaminis*. Tanto que atentar-se ao conteúdo da carta ou a mensagem que quer ser transmitida, era uma preocupação que só devia ser considerada após o escrevente ter total conhecimento da posição social para quem a carta tinha destino.<sup>24</sup> Os *dictadores*, segundo Leslie Perelman, reconheciam um mundo de hierarquias sociais, em que a regência dos setores políticos e eclesiásticos passa pela transmissão eficiente de informações que devem ser adequadas a cada posição, como bispos, reis, príncipes, papas e cavaleiros.<sup>25</sup> Para Perelman: “A função não era a de convencer; era a de dar uma ordem, a de dispensar benefícios, e a de executar um julgamento”.<sup>26</sup>

Com forte auxílio dos princípios do cristianismo que evidenciavam a hierarquia do mundo em alusão, a “hierarquia celestial”, mas também pelo trabalho de eclesiásticos, como os bispos que supervisionavam as *cancellarii* (órgão responsável pelo despacho e escrita da correspondência), as *dictaminis* logo espalharam-se por diversas regiões da península itálica e da Europa.<sup>27</sup> Antes mesmo da efervescência das *dictaminis*, Caio Julius Victor no século IV,

---

Os bispos cortesãos, e depois os cavaleiros, começaram a ser elogiados pelas suas maneiras graciosas (*gratia morum*). O termo cortês e os seus equivalentes [...] eram termos medievais que, subentendiam implicitamente que a maneira adequada de uma pessoa se comportar era seguir o exemplo da corte”. BURKE, Peter. “O cortesão”. In: GARIN, Eugenio. *O homem renascentista*. Trad. Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa: Editorial Presença, 1991, p. 109.

<sup>22</sup> Skinner também lembra que as *dictaminis* eram combinadas com a arte de se fazer discursos públicos formais nas assembleias ou arengas (*Ars Arengendi*). Segundo ele, essa combinação teve um significado prático, visto que era resultado de uma “sociedade que lidava com todos os seus negócios legais, políticos e diplomáticos por meio de discursos e debates formalizados”. Cf. SKINNER, Q. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 52.

<sup>23</sup> *Ibidem*, p. 55.

<sup>24</sup> Cf. PERELMAN, Leslie C. “The Medieval Art of Letter Writing”. In: BAZERMAN, Charles; PARADIS, James (orgs.). *Textual Dynamics of the Professions Historical and Contemporary Studies of Writing in Professional Communities*. Madison/US: The University of Wisconsin Press, 1991, p. 104.

<sup>25</sup> *Ibidem*, p. 106.

<sup>26</sup> *Idem*. No original: “Their function was not to convince, but to command, to dispense benefits, and to execute judgment”.

<sup>27</sup> De acordo com Isabella Lazzarini, as *cancellarii* ou chancelarias papais tiveram forte papel na disseminação da cultura escrita e na administração dos territórios ligados à Igreja Católica: “na Itália, a chancelaria central, que era o centro mais importante de produção de registros públicos escritos, tornou-se também o coração da autoridade pública, do poder e da legitimidade, e também de monopolizar cada vez mais os processos de tomada de decisões” Cf. LAZZARINI, Isabella. *Communication and Conflict*. Italian Diplomacy in the Early Renaissance, 1350-1520. Nova York: Oxford University Press, 2015, p. 51. No original: “in Italy, the central chancery – as the most important center of production of public written records

propôs uma divisão para as epístolas que foi muito aproveitado pelos *dictadores*. Em *Ars Retorica*, Victor assevera que as epístolas se dividem em *familiares*, escritas para pessoas de mesma “dignidade” (em referência à Cícero), pois são feitas de maneira breve e com clareza própria de uma conversa entre amigos. E as *negotiales* (também com base ciceroniana nas cartas *severas* ou *graves* que se assemelham ao discurso público do orador), feitas para os “diferentes em dignidade” (*discrimine dignitatis*), pois essas diferenças devem ser evidenciadas pelas epístolas. Segundo Murphy, Julius Victor aponta que se alguém escreve para um superior, a carta não deve ser jocosa, entre iguais deve prezar pela cortesia e se for endereçada a um subordinado, como um papa a um bispo, um rei a um conde, ou um professor ao seu estudante, a carta não deve ser elevada ou soberba.<sup>28</sup>

As cartas *negotiales* quando pensadas pelas *dictaminis* assumem novas subdivisões, em consonância com as partes do discurso defendidas por Aristóteles e Cícero.<sup>29</sup> Assim, ao elaborar a *dispositio* de uma carta que é endereçada a um superior, é preciso passar por uma estrutura que já é prevista pelo destinatário e que responde as convenções de súdito e soberano. De maneira geral, em um primeiro momento, a carta deve apresentar uma saudação que indique o grau de hierarquia do destinatário (*Salutatio*), depois, na parte introdutória, sem perder de vista que o escrevente deve se demonstrar súdito, seja elogiando, desculpando-se ou agradecendo por antigos favores, deve-se buscar tornar o destinatário benevolente ao conteúdo da carta que virá a seguir, na parte conhecida como *Captatio benevolentiae* ou *Exórdio*.<sup>30</sup> Em seguida, expõe-se o assunto da carta propriamente (*Narratio*), mas de uma maneira muito mais abrangente do que uma mera “narração” dos fatos, uma vez que deve-se atentar para a maneira como é feita, seja ela breve ou não (em referência à Narração proposta por Aristóteles em que “o melhor não é a rapidez nem a concisão, mas a medida justa”<sup>31</sup>). Após essa parte, o escrevente formula seu pedido (*Petitio*), podendo ser das mais diferentes naturezas, seja a proteção do nobre, escusas, dispensas, um cargo administrativo a si ou a um parente, bens materiais etc.<sup>32</sup> E por fim, a conclusão da carta (*Conclusio*), parte final da correspondência em que se retoma os principais pontos da missiva e reforçasse o pedido.<sup>33</sup>

---

– became also the heart of public authority, power, and legitimacy, increasingly monopolizing the decision making process”.

<sup>28</sup> MURPHY, James. *Op. Cit.*, p. 196.

<sup>29</sup> Cícero em *De Inventione* propõe seis partes para o discurso epistolar, alargando as quatro partes do discurso propostas por Aristóteles: *Exordium*, *Divisio*, *Narratio*, *Confirmatio*, *Refutatio* e *Peroratio*. Cf. *Ibidem*, p. 225.

<sup>30</sup> TIN, Emerson. “*Familiar del universo*”: *arte epistolar e lugar-comum nas cartas familiares (1664) de D. Francisco Manuel de Melo*. Dissertação de mestrado. Campinas/SP: Unicamp, 2003, pp. 39-63.

<sup>31</sup> ARISTÓTELES, III, 1416b. In: *Op. Cit.*, p. 574.

<sup>32</sup> Para Cláudia Regina Bovo, o modelo das cartas proposto pelas *dictaminis* propunha uma tipologia de petições que constituiu-se de maneira original até aquele momento. Não havia, pois, uma tipologia de cartas como feito por Cícero ou Victor, mas uma preocupação em escrever para altas posições hierárquicas, tendo o *Petitio* como reforço na distinção social. Segundo a autora: “Dentro da teoria epistolar da *ars dictaminis* as cartas deveriam ser classificadas de acordo com sua finalidade”, ou seja, sua classificação dependia do tipo de petição que faziam e não do tamanho e formato que apresentavam. Esta é a principal diferença entre o que poderíamos chamar de uma teoria epistolar medieval consolidada e as práticas epistolares anteriores ao século XII”. Cf. BOVO, Cláudia Regina. “No âmago da epistolografia medieval: tipologia epistolar e política na correspondência de Pedro Damiano (1040-1072)”. *História (São Paulo)* Vol. 34, N. 2, 2015, p. 266.

<sup>33</sup> TIN, Emerson. *Op. Cit.*, pp. 115-129.

É válido ressaltar que essa estrutura não foi seguida rigorosamente pelos autores das *dictaminis*, nem mantida, posteriormente, pelos órgãos reais e eclesiásticos, mas serviu como referência em vários segmentos quando se propunha escrever a alguém hierarquicamente superior, seja em uma carta, um preâmbulo, uma dedicatória etc.<sup>34</sup> Como lembra Murphy: “Certamente, muitas adaptações básicas foram feitas, mas a necessidade de prever as exigências deve haver imposto alguns limites”.<sup>35</sup> Alberico, por exemplo, propunha uma divisão em quatro partes: *exordium*, *narratio*, *argumentatio* e *conclusio*. Mas foi um anônimo autor de Bolonha, em *Ractiones dictandi*, escrita no ano de 1135 que propôs a divisão das cinco partes das epístolas. Com efeito, a carta ou a epístola para esse anônimo autor define-se como um discurso que é composto coerentemente por partes distintas, pois em conjunto, elas conseguem expressar os sentimentos e a intenção do escrevente da melhor maneira.<sup>36</sup>

De todas as apresentadas, os autores das *dictaminis*, deram considerável atenção para as partes iniciais da correspondência. Em contraposição à Aristóteles que preconizava a demonstração como parte essencial para persuadir o ouvinte, os *dictadores* repensaram o *Proêmio* aristotélico e o *Exordium* ciceroniano em duas partes, mas com objetivo similar: “tornar o público atento, dócil e bem-disposto”.<sup>37</sup> A ênfase na *Salutatio* estava em marcar as diferenças de hierarquia entre os missivistas, proposição basilar das *dictaminis*, enquanto que a *Captatio benevolentiae* estava em assegurar a boa vontade do leitor, torná-lo predisposto e favorável ao assunto em sequência. Embora outros autores propõem que a *Captatio benevolentiae* pudesse ser alcançada em diferentes partes da epístola, como Hugo de Bolonha em sua *Ractiones dictandi prosaice*,<sup>38</sup> a parte inicial teve maior aceitação. Inclusive na carta que citamos no início desse artigo, D. Miguel da Silva prefere deslocar a *Captatio benevolentia* para a parte final da correspondência, mostrando a sujeição do embaixador e pedindo a clemência do rei nos seus

<sup>34</sup> André Sekkel Cerqueira, ao estudar as práticas da escrita da história nos preâmbulos dos livros impressos em Portugal no período da Restauração (sec. XVII), avalia como as partes introdutórias, a saber: as dedicatórias, prólogos e as cartas ao leitor tinham função de exórdio, isto é, retórica, visto que funcionavam como introdução para o texto seguinte, de maneira a tornar o leitor favorável à leitura. A dedicatória, por exemplo, seguia os preceitos epistolográficos das *dictaminis*, pois buscava tornar o homenageado (o rei ou alguém da alta nobreza) presente no momento da leitura. Uma forma de também conseguir a benevolência do público leitor, mostrando submissão ao soberano e conseguir proteção e angariar certo prestígio. Cf. SEKKEL CERQUEIRA, André. *A Donzela Alada: Reflexão sobre a retórica e história em Portugal no século XVII*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017, p. 35.

<sup>35</sup> MURPHY, James. *Op. Cit.*, p. 202. No original: “No doubt, many adaptations were made in the basic form, but the necessity of forecasting the needs must always have imposed a certain limitation”.

<sup>36</sup> “Uma epístola ou carta é um arranjo adequado de palavras que se enunciam para exprimir o significado pretendido pelo remetente. Em outras palavras, uma carta é um discurso composto de partes bem diferenciadas, que manifestam inteiramente os sentimentos do remetente”. ANÔNIMO DE BOLONHA. “Ractiones Dictandi”. *Apud*. MURPHY, James. *Op. Cit.*, p. 222. No original: “An epistle or letter, then is a suitable arrangement of words set forth to express the intended meaning of its sender. Or in other words, a letter is a discourse composed of coherent yet distinct parts signifying fully the sentiments of its sender”.

<sup>37</sup> *Ibidem*, p. 225.

<sup>38</sup> *Ibidem*, p. 220.

pedidos<sup>39</sup>: “Beijo as mãos a Vossa Alteza, cuja vida e estado nosso senhor acrescente e prospere como deseja”.<sup>40</sup>

Embora as cartas de D. Miguel da Silva seguissem os preceitos das *dictaminis*, (não são jocosas e mantém a coerência entre as partes) em certos momentos, assemelham-se mais às cartas *familiares* de Cícero. Ao iniciar a missiva com D. Manuel, o embaixador prefere o uso da saudação “Senhor” e não uma saudação com maior proximidade aos preceitos das *dictaminis*. Diferentemente de D. João III, filho de D. Manuel, por exemplo, que saúda o papa Clemente VII com: “Muyto santo in christo padre e muito bem aventurado senhor, o voso devoto e obidente filho dom Joham etc. com toda humildade envio beijar seus santos pees”.<sup>41</sup> A questão que se impõe é se essa saudação pode indicar uma proximidade entre o rei e o embaixador, de forma que seja permissível o emprego da *Salutatio*, ou uma ofensa e causar outro efeito sobre o destinatário? Antes de responder, é preciso primeiro mapear os códices epistolares que coexistiam no período em que D. Miguel da Silva e o rei D. Manuel conviveram.

### Sob os preceitos da escrita *familiar*

Como vimos, as cartas *severas* de Cícero (imitadas como *negotiales* por Julius Victor) foram por muito tempo tomadas como modelos de escrita e persuasão para o diálogo epistolar. No entanto, ao fim do século XIV, as cartas *familiares* de Cícero à Ático, Quintus e Brutus, redescobertas por Petrarca, tornaram-se propulsoras de uma “nova” organização retórica,<sup>42</sup> tanto para a escrita, quanto para os costumes.<sup>43</sup> As cartas à Ático (seu amigo mais íntimo) foram

<sup>39</sup> Uma preocupação de D. Miguel era na proteção dos seus bens familiares. Distante da corte portuguesa e dos “negócios” da família, D. Miguel após a morte do seu pai do Diogo da Silva, em 1522, preocupou-se em assegurar o cargo de escrivão da puridade que o pai deixava vago. Seu irmão mais velho D. João da Silva havia herdado o título de conde de Portalegre, e podia ser empossado como escrivão em seu lugar, e para tanto, vários dos pedidos por mercês ao rei era para impedir que seu irmão fosse provido com essa “graça”. Cf. D. MIGUEL DA SILVA. Carta a ElRey D. João III de 25 set. 1522”. In: *Op. Cit.*, p. 246.

<sup>40</sup> *Ibidem*, p. 247. A esse aspecto, vale destacar que o ato de beijar as mãos ou o rosto ao fim das negociações representava um ritual característico dos embaixadores, pois como lembra o frade francês Raphael Bluteau, em seu *Vocabulario portuguez & latino* de 1712 a 1728, a palavra embaixador tinha origem latina e entre os romanos significava “aquele que cortejava algum senhor e em sinal de reverência, ou reconhecimento, lhe beijava as mãos ou a face”. Cf. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino*: aúlico, anatomico, architectonico. Vol. 2. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728, s. v. “Embaixador”.

<sup>41</sup> D. JOÃO III. “Carta ao papa Clemente VII de 1534 (?)”. In: *Op. Cit.*, Vol. 3, p. 1.

<sup>42</sup> A delimitação “novo” refere-se a sua relação com os “antigos” e em contraposição ao “velho” do período medieval. Essa definição foi feita inicialmente por Jacob Burckhardt em *A cultura do Renascimento na Itália* e em *A agonia da Idade Média* de Jules Michelet no século XIX que entendem o Renascimento como um período de ruptura, tendo o período clássico como modelo e superação da chamada *Idade das Trevas*. Para Laura de Mello e Souza: “Foi assim que antigo se tornou uma designação positiva e velho adquiriu tom negativo: até hoje, um móvel velho não tem nada a ver com um móvel antigo. Moderno como período da História, tornou-se por sua vez, sinônimo de Renascimento; no mundo acadêmico do Ocidente, a História Moderna (que os ingleses por sua originalidade, talvez por pragmatismo, chamam de *Early Moderny*), abre-se justamente com essa época”. Cf. SOUZA, Laura de Mello e. “Idade Média e Época Moderna: fronteiras e problemas”. *Signum*, Londrina, UEL, Nº 7, 2005, p. 244.

<sup>43</sup> Nas conversações do salão do duque de Urbino, Guidubaldo de Montefeltro, na primeira metade do século XVI, contamos Baldassare Castiglione, que os nobres definiam o perfeito cortesão (o modelo de comportamento) como alguém que agrada pelo seu jeito de ser, agir, vestir, caminhar, dançar, falar e escrever, isto é, “que suas palavras sejam sinceras e condizentes com sua personalidade e que seja capaz de agradar pela graça de suas ações”. Nessas conversações, inspiradas nas obras de Cícero, o conde Ludovico de Canossa define o cortesão como: “além da nobreza, pretendo que

tomadas como exemplos para se escrever com elegância, exposição coerente e sinceridade no trato com o destinatário.<sup>44</sup> Sem desprezar o foco proposto pelas *dictaminis* em ter o destinatário como referência, Petrarca, segundo Charles Fantazzi, recupera do estilo temperado e familiar de Cícero uma escrita atenta com as características pessoais do destinatário,<sup>45</sup> todavia, não apenas Cícero teve repercussão, mas Sêneca, Plínio e Quintiliano, além da correspondência de santidades como Santo Agostinho, São Ambrósio e São Paulo.<sup>46</sup>

Em geral, essa “nova” organização para as cartas propunha uma escrita breve, clara, sem grandes floreios retóricos, humilde e sincera, a qual nos termos de Cícero é própria de uma conversa entre amigos, ou mesmo conhecidos que se encontram frente a frente em ambientes pouco formais.<sup>47</sup> Sêneca, poucos anos após a morte de Cícero, escrevendo para seu discípulo Lucílio, demonstra que a linguagem das cartas deve fugir da retórica oratória própria dos espaços judiciais, pois esconde os sentimentos e aponta falsidades ao público. Em seu lugar, a carta deve ter uma “retórica sincera”, em que a eloquência surja como produto natural do discurso, sem grandes esforços, quase imperceptível ao leitor:

Se nós nos sentássemos a conversar, se discutíssemos passeando de um lado para o outro, o meu estilo seria coloquial e pouco elaborado; pois é assim mesmo que eu pretendo que sejam as minhas cartas, que nada tenham de artificial, de fingido! Se isso fosse possível, eu preferia mostrar-te o que sinto, em vez de o dizer. Mesmo que eu estivesse discutindo contigo não me iria pôr na ponta dos pés, nem fazer grandes gestos, nem elevar a voz: tudo isto seriam artifícios de oradores, enquanto a mim me bastaria comunicar-te o meu pensamento, num estilo nem grandiloquente nem vulgar.<sup>48</sup>

Sêneca pressupõe a honestidade do escritor consigo mesmo como motor da escrita: “O nosso último objetivo deve ser este: dizer o que sentimos, sentir o que dizemos, isto é, pormos

---

seja favorecido, nesse aspecto e tenha por natureza não só inteligência e bela forma de físico e rosto, mas uma certa graça e, como se diz, uma expressão que o torne à primeira vista grácil e amável, e seja esse um elemento que harmonize e acompanhe todas as suas ações e o identifique imediatamente como digno da convivência e dos favores de todo grande senhor”. Cf. CASTIGLIONE, Baldassare. *O Cortesão*. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 29.

<sup>44</sup> FANTAZZI, Charles. “Introdução”. In: \_\_\_\_\_. *Selected Works from J. L. Vives*. Vol. 3. Leiden; Nova York: E.J. Brill, 1989, pp. 5-6.

<sup>45</sup> *Ibidem*, p. 6.

<sup>46</sup> James Murphy lembra que as cartas de São Paulo do Novo Testamento foram ignoradas pelos *dictadores* no período da Baixa Idade Média (mesmo sendo largamente imitadas em seus manuais), e só foram reconhecidas posteriormente como modelos para organização epistolar por membros do baixo clero e por padres jesuítas. Cf. MURPHY, James. *Op. Cit.*, p. 215.

<sup>47</sup> A amizade como um preceito moral discutido amplamente desde a Antiguidade por autoridades como Aristóteles, Cícero e Sêneca foi reforçada pelos conceitos do cristianismo, principalmente por autores como Agostinho de Nípona e Santo Tomás de Aquino. Segundo Pedro Cardim, a amizade era entendida para além de afetos particularizados e ausentes de formalizações e rituais públicos, pois pertencia a um “conjunto normativo do corpo social” e se “materializava na troca de bens e de serviços”. Sob esse aspecto, os laços de amizade e afeto estavam ligados à fidelidade, à partilha material, os serviços prestados e à reciprocidade, de forma que: “o vínculo clientelar, como é bem sabido, implicava deveres recíprocos tomados muito a sério, e tais deveres, implícitos na sua maioria, eram expressos de forma visualizada, através de gestos, de promessas, de fórmulas verbais padronizadas ou de cerimônias – como a troca de dádivas e de presentes entre aqueles que se queriam bem” Cf. CARDIM, Pedro. “Amor e Amizade na cultura política dos séculos XVI e XVII”. *Lusitânia Sacra*, Série 2, Nº 11, 1999, p. 45.

<sup>48</sup> SÊNECA, Lúcio Aneu. “Carta a Lucílio”. Nº 75. Tradução: Ricardo Costa. Disponível em: <https://www.ricardocosta.com/artigo/retoricas-classica-e-medieval>. Acesso em: 21 jan. 2019.

a nossa vida de acordo com as nossas palavras”.<sup>49</sup> Esse estilo coloquial e espontâneo proposto por Cícero e Sêneca, embora discordassem da maneira como era utilizada a retórica, será recuperado pelos manuais epistolares do século XVI, como os de Erasmo de Roterdã e Juan Luis Vives.<sup>50</sup> Erasmo em sua *Breissima maximeque compendiarum conficiendarum epistolarum formula* de 1521 define a carta de acordo com os escritos latinos, isto é, um “colóquio de ausente a um ausente”.<sup>51</sup> E Vives em sua *De conscribendis epistolis* de 1534 lembra São Ambrósio, ao apontar que a carta é uma conversação por meio de palavras escritas entre pessoas fisicamente separadas, mas unidas em espírito.<sup>52</sup> Nota-se, em primeiro momento, que ambos preocupam-se em propor uma escrita de maneira singela, feita quase que de “forma descuidada”, o que será uma das bases do estilo que defendem.<sup>53</sup>

Escrever cartas com o estilo familiar de Cícero, segundo Fernando Bouza, era um hábito próprio e distintivo dos nobres e demais membros das cortes, principalmente para aqueles que “serviam ao rei de longe”, como embaixadores, secretários e diversas outras funções ligadas ao soberano.<sup>54</sup> Retornando aos manuais epistolares, Vives informa que as cartas devem ter o estilo familiar de uma conversa entre amigos, como as de Cícero à Ático e Sêneca à Lucílio, pois esses autores encorajam seus correspondentes a escrever de maneira livre, despreocupada, exatamente como falam em ambientes domésticos, isto é, na forma que lhes vem à cabeça.<sup>55</sup> Erasmo faz semelhantes advertências: “devemos fugir das palavras artificiais, antigas, excessivamente afetadas, e repetidas dos aborígenes dos séculos, as quais hoje a maior parte corrompidos e imitadores ridículos utilizam”.<sup>56</sup>

Com efeito, essa crítica de Erasmo parece-se endereçar aos códices epistolares das *ars dictaminis*, o que fica mais evidente quando sugere que a escrita epistolar não deve se apegar a uma estrutura rígida, mas prezar pelo estilo livre e pela prudência do escritor.<sup>57</sup> Erasmo, sem

<sup>49</sup> *Idem*.

<sup>50</sup> É importante ressaltar outros importantes manuais que surgiram no decorrer do século XVI, que também buscaram propor o estilo familiar para a escrita das cartas, como o primeiro e o segundo *Libro de las Epístolas familiares* de Antônio de Guevara de 1539 e 1542, e *Epistolica Institutio* de Justo Lípso de 1590. Segundo Pedro Martín Baños, manuais como os de Guevara, contestavam a própria definição de epístolas *familiares* que, muitas vezes, eram vazias de significado e dificilmente referiam-se a espaços de foro íntimo ou doméstico, apenas por imitarem o estilo de Cícero. Para o autor, a literatura teórica epistolar acabou incorporando novos elementos, formas e perspectivas originais para o gênero, que Martín Baños prefere definir como um estilo próprio cortesão, pois atende as necessidades específicas da sociedade contemporânea aos manuais. Cf. MARTÍN BAÑOS, Pedro. “Familiar, retórica, cortesana: disfarces de la carta em los tratados epistolares renascentistas”. *Cuadernos de Historia Moderna*. IV, 2005, p. 20.

<sup>51</sup> ERASMO DE ROTERDÃ. “Breissima maximeque compendiarum conficiendarum epistolarum formula”. In: TIN, Emerson. *Op. Cit.*, p. 273.

<sup>52</sup> VIVES, Juan Luis. “De conscribendis epistolis”. In: FANTAZZI, Charles. *Op. Cit.*, p. 22.

<sup>53</sup> Para Erasmo, esse descuido deve ser proposital e estudado e Vives lembra que a escrita simples se assemelha as palavras dos apóstolos de Cristo, que usam dos mais simples remédios para curar os piores enfermos. Cf. ERASMO DE ROTERDÃ. *Op. Cit.*, p. 273; VIVES, Juan Luis. *Op. Cit.*, p. 57.

<sup>54</sup> BOUZA, Fernando. *Op. Cit.*, p. 268.

<sup>55</sup> VIVES, Juan Luis. *Op. Cit.*, p. 99. De acordo com Adma Muhana: “a resposta primeira ao discurso epistolar não se traduz por uma ação propriamente dita, como no discurso oratório, mas pela mera ação de escrever, quer dizer, a ação de manter a correspondência”. Cf. MUHANA, Adma F. *Op. Cit.*, p. 331.

<sup>56</sup> ERASMO DE ROTERDÃ. *Op. Cit.*, p. 274.

<sup>57</sup> “Quão ridículos são aqueles que todas as cartas em saudação, exórdio, narração e conclusão dividem e pensam que nelas consiste em toda a arte. Nem sempre é necessário usá-las todas juntas, nem com frequência inteiramente, e como nos discursos mudam, conforme o caso, os tempos, a necessidade, a ocasião”. Cf. *Ibidem*, p. 277.

citar, parece evocar a autoridade de Aristóteles, quando esse define a Retórica como “a capacidade de teorizar o que é adequado em cada caso para convencer”.<sup>58</sup> Vives também critica os preceitos das *dictaminis* em relação as divisões das cartas, para ele, o nome do remetente deve vir antes do nome do destinatário, assim como os autores latinos faziam (*Prius eius qui scriberet*).<sup>59</sup> A referência inicial ao nome do destinatário, era própria da *Salutatio* dos *dictadores*, demarcando as diferenças sociais e a subordinação do remetente. Entretanto, para Vives, isso seria uma inversão da ordem natural das coisas, pois é natural olhar primeiro para quem opera e constitui a carta do que para o recebedor.<sup>60</sup>

Na *inventio* das cartas, Vives demonstra grande preocupação em considerar “para quem escreve” em detrimento “de quem escreve”. Após o escrevente, julgar o assunto que será tratado na correspondência,<sup>61</sup> Vives informa que é necessário considerar qual a visão que o destinatário tem sobre o remetente, ou seja, “quem somos para ele, bem como o que ele é para nós”.<sup>62</sup> Em também sua *De conscribendis epistolis* de 1529, Erasmo propõe similares preocupações ao advertir que: “deve-se primeiro considerar muito cuidadosamente os tópicos sobre os quais se decidiu escrever, então estar bem informado da natureza, personalidade e disposição da pessoa a quem a carta está sendo escrita e sua própria posição com ele em favores, influência ou serviços prestados”.<sup>63</sup>

Assim como Erasmo, Vives subdivide as cartas de acordo com os três gêneros da oratória: demonstrativo, deliberativo e judicial. Para Vives, no entanto, esses gêneros subdividem-se em diversos outros que são classificados de acordo com a finalidade das cartas<sup>64</sup>: de informação, petição, recomendação e aconselhamento (também subdivididas em consolação, reconciliação, instrução e discussão) são as consideradas os quatro tipos básicos, mas há ainda outros também enumerados, como: cartas de conciliação, cortesia, reclamação, panegírico, exortação, felicitação, abusivas e inventivas.<sup>65</sup> As cartas de recomendação tiveram amplo tratamento para Vives, visto que seu tratado era dedicado à Alonso de Idiáquez que servia ao

<sup>58</sup> ARISTÓTELES, I, 1355b. In: *Op. Cit.*, p. 173.

<sup>59</sup> VIVES, Juan Luis. *Op. Cit.*, p. 69. Segundo Adma Muhana, Vives refere-se ao uso da primeira pessoa nas cartas para dar conselhos formulares, como feito pelos antigos que não escreviam o nome próprio nas cartas, junto ao uso da primeira pessoa, ou seja, “nunca em nenhuma das artes da linguagem antigas, a verdade esteve vinculada à primeira pessoa. [...] Portanto, não parece poder residir nessa primeira pessoa a veracidade epistolar”. Cf. MUHANA, Adma F. *Op. Cit.*, p. 339.

<sup>60</sup> VIVES, Juan Luis. *Op. Cit.*, p. 71. Quando olhamos para as cartas que D. Manuel enviava para D. Miguel da Silva, podemos perceber esses preceitos que Vives questiona, visto que o rei coloca o nome do embaixador no início da carta e não o seu: “D. Miguel, eu elRey vos envio muyto saudar”. O uso dessa saudação parece ser um exemplo da linguagem que D. Miguel deseja que o rei não utilize em suas correspondências. Cf. D. MANOEL. “Carta a D. Miguel da Silva de 11 ago. 1516”. In: REBELO, Luís Augusto da Silva (org.). *Op. Cit.*, p. 384

<sup>61</sup> Seguindo a *Retórica* de Aristóteles, Vives afirma que apenas assuntos “válidos” podem ser tratados nas cartas, isto é, não se pode deliberar sobre tudo, especialmente, sobre “aquilo que não virá a acontecer”. Cf. VIVES, Juan Luis. *Op. Cit.*, p. 45.

<sup>62</sup> *Ibidem*, p. 29.

<sup>63</sup> ERASMO DE ROTERDÃ. “De conscribendis epistolis”. *Apud*: TIN, Emerson. *Op. Cit.*, p. 40.

<sup>64</sup> Diferentemente das *dictaminis* que subdividiram as cartas conforme a sua petição.

<sup>65</sup> VIVES, Juan Luis. *Op. Cit.*, p. 14. Erasmo enumera mais algumas atreladas a essas citadas por Vives, como: cartas de elogio ou vitupérios, suasórias, dissuasórias, monitórias, amatórias, de acusação e defesa. Cf. ERASMO DE ROTERDÃ. *Op. Cit.*, pp. 278-279.

imperador Carlos V, e tinha por finalidade auxiliar os membros do corpo burocrático na escrita das epístolas em latim, sobretudo nos assuntos de “grande importância”.<sup>66</sup> D. Miguel da Silva parece utilizar desse modelo, ou pelo menos parece estar inclinado a segui-lo. Na carta a D. Manuel, ele procura relatar a sua experiência na corte papal de Leão X, cuja a finalidade da missiva é indicar ao rei quais as autoridades que ele deveria se aproximar e como deveria fazer: respondendo aos nobres de Roma com a linguagem adequada e própria as condições que eram por ele vistas nas cartas ao papa. Para o embaixador, essa linguagem deve ser simples, adequada as importâncias que o soberano tiver. Uma proposta que é similar aos manuais de Erasmo e Vives, visto que, se for o caso, é necessário desconsiderar a escrita em latim, para tornar a escrita mais humilde e singela.<sup>67</sup> Como percebe D. Miguel, quando diz ao soberano que se discutiam qual era a linguagem apropriada para as cartas:

e as cartas nam venhão em lingoagem, como qua vejo muitas; e que alguns digam que he mais stado escrever na própria lingoagem, Vossa alteza faça isso nas cousas, que nam Releuarem, ou Releuarem a eles, mas nas que nam façam que as nam entendem bem, que assy me fazem; e que as eu decrete, ja a minha dectaraçam nam tem tanta autoridade como as proprias palauras de Vossa alteza.<sup>68</sup>

Essa recomendação de D. Miguel prossegue nas cartas seguintes ao rei. Em 1517, após a eleição do filho de D. Manuel, o infante D. Afonso, ao Colégio de Cardeais em Roma, o embaixador lembra ao soberano da necessidade de agradecer não apenas ao cardeal de Médiçi e a Santiquatro, mas também a todos os outros cardeais e principalmente ao papa por carta escrita pelo próprio punho do monarca: “He necessario que escreua vossa alteza carta d agradecimentos ao Collegio todo, e duas em particular, huma a medices e a outra a Sanctiquatro, que cada hum deles fez neste negocio quanto eu soube desejar, e medices quanto vossa alteza nom podia crer: na do papa nom fallo, que nom somente me parece que deue viir, mays ainda a meu fraco júizo deuia de ser da mão de de vossa alteza, por dar este contentamento ao papa, e allem disso hauello ha por grande honra”.<sup>69</sup> Em resposta, o rei avisa que seguirá o conselho do embaixador, mas enviará cartas apenas aos cardeais, ao papa o rei recomenda que o embaixador o agradeça presencialmente: “E de nossa parte o Remereceay ao santo padre e lhe beijay seus santos pes, Remerceando lho com todas as boas palavras de ystymaçam, que se Requere em semelhante graça”.<sup>70</sup>

Vives comenta que as cartas de recomendação, principalmente aos príncipes e “pessoas influentes” devem conter sinais que distinguem a sinceridade e veracidade das cartas.<sup>71</sup> Para

---

<sup>66</sup> VIVES, Juan Luis. *Op. Cit.*, p. 23.

<sup>67</sup> Para Vives, as regras do seu código epistolar são válidas não apenas para o uso do latim nas correspondências, mas também as línguas vernáculas, que são mais adequadas aos “modernos métodos de escrita”: Cf. VIVES, Juan Luis. *Op. Cit.*, p. 95.

<sup>68</sup> D. MIGUEL DA SILVA. “Carta a ElRey D. Manuel de 31 mar. 1515”. In: *Op. Cit.*, pp. 322-323.

<sup>69</sup> *Idem*. “Carta a ElRey D. Manuel de 01 jul. 1517”. In: *Op. Cit.*, p. 475.

<sup>70</sup> D. MANUEL. “Carta ao embaixador D. Miguel da Silva de 04 ago. 1517”. In: *Op. Cit.*, p. 480.

<sup>71</sup> VIVES, Juan Luis. *Op. Cit.*, p. 50.

ele, os gregos aderiram a esses sinais epistolares, como chamar seus correspondentes pelo nome inicial, como forma de aproximação e confiança. Vives lembra que mesmo se estivéssemos falando com pessoas de uma posição social elevada, mas que esse seja nosso amigo ou inimigo, devemos considerar a familiaridade que ele tem conosco.<sup>72</sup> Podemos concluir que o modo como D. Miguel saúda o rei com “Senhor”, no entender de Vives é próprio para quem busca escrever sem mostrar grandes excessos nas palavras, e que tem uma relação amistosa com o soberano. Propondo uma linguagem que os aproximem mesmo com a distância, o embaixador busca recomendar o rei na maneira de como deve escrever ao papa e outras autoridades. Nas palavras de Vives: “Nem todos podem ser medidos com a mesma balança, mas de acordo com o seu nível e com algumas discriminações, para que as referências aos sentimentos expressados sejam claras e, nesta matéria, é necessária muita prudência”.<sup>73</sup>

Para Vives, a saudação é o que caracteriza a natureza das cartas.<sup>74</sup> Para os membros das cortes, como os embaixadores, Vives lembra que esses devem se reconhecer de acordo com os títulos que possuem.<sup>75</sup> Devem falar de si sempre evocando sua função, seja a um amigo, parente, um conhecido ou não. Entretanto, quando se escreve a amigos deve se tomar cuidado com o uso dos títulos no corpo do texto, pois o lugar mais adequado deve ser sempre o da saudação.<sup>76</sup> Vives, assim como Erasmo, se preocupa com a escrita apropriada às condições dos cortesãos, tida como um hábito dos aristocratas (os “*meliores terrae*”<sup>77</sup> como lembra Bouza), e que para Vives deve ser praticada, mesmo para quem é considerado inimigo do escrevente.<sup>78</sup>

## Conclusões

Como um hábito aristocrático, largamente utilizado pelos cortesãos, o envio de cartas no estilo familiar de Cícero foi uma prática que teve uso não apenas na composição das cartas, mas serviu no reconhecimento dos costumes dos cortesãos que buscavam se espelhar nos antigos, vistos como referência. Nesse aspecto, alguns preceitos das *dictaminis* foram contestados pelos manuais de Erasmo de Roterdã e Juan Luis Vives, embora certas normas fossem mantidas, como adequar a escrita as posições sociais dos missivistas e a coerência nas partes das epístolas. No geral, a linguagem familiar recuperada por Petrarca valorizava as características

<sup>72</sup> “No que diz respeito ao destinatário, temos de considerar os antecedentes com os quais está familiarizado: plebeu ou patricio, de boa família ou de origens humildes; os seus recursos pessoais (se for opulento, conspicuo, moderado, humilde, inexistente); a sua situação jurídica, se livre ou escravo”. Cf. *Ibidem*, p. 29. No original: “Concerning the addressee, we must consider his familiarity background: plebeian or patrician, well-born or of lowly origins, his personal resources – opulent, conspicuous, moderate, humble, non-existent, his legal status, free or slave”.

<sup>73</sup> *Ibidem*, p. 121. No original: “All are not to be measured by the same measuring stick, but in order of rank and with discrimination, so that indications of one’s sentiments will be evident, and in this matter there is need of much prudence”.

<sup>74</sup> *Ibidem*, p. 27.

<sup>75</sup> “Vamos assumir os nossos títulos legítimos, os quais estão derivados da nossa profissão ou função: senador, cônsul, questor, bispo, pároco ou curador”. Cf. *Ibidem*, p. 71. No original: “We shall assume for ourselves our legitimate titles, which derive from our profession or function: senator, consul, quaestor, bishop, priest, curate”.

<sup>76</sup> *Ibidem*, p. 75.

<sup>77</sup> BOUZA, Fernando. *Op. Cit.*, p. 56.

<sup>78</sup> VIVES, Juan Luis. *Op. Cit.*, p. 35.

personais, como coragem, sabedoria, experiência, idade e aparência física do destinatário, junto a relação que o mesmo teria com o remetente. Algo que teve grande destaque nos manuais de Vives e Erasmo.

No que refere ao uso das correspondências nas práticas diplomáticas, podemos em todo caso, dizer que as preceptivas retóricas, em certa medida, proporcionaram aos embaixadores “retoricizarem” suas práticas, isto é, além de levarem uma mensagem de seus reis, foram também suas representações, tornando-os presentes mesmo em suas ausências. Transmitir a mensagem de um rei a outro, principalmente no período anterior às *dictaminis*, foi um hábito quase que exclusivamente oral e em vários momentos era feito pelos que se denominavam embaixadores.<sup>79</sup> O uso dos preceitos retóricos na composição das cartas ou mesmo do latim dentro da política externa dos reinos significou uma forma de aproximação e de angariarem mais informações nos assuntos dos altos interesses das cortes. Por isso, o emprego cada vez mais acentuado de secretários e outros membros do corpo burocrático do rei conhecedores da cultura latina e humanista, como o embaixador D. Miguel da Silva.<sup>80</sup>

Os manuais da escrita epistolar de Erasmo e Vives, assim como a carta de D. Miguel, coexistem paralelamente aos preceitos das *dictaminis* em ambientes cortesãos no início do século XVI. A escrita das missivas perpassa pelos ensinamentos retóricos, mas mais ainda, são pensadas retoricamente, elaboradas conforme as suas regras, respeitando o decoro, as posições entre os missivistas e os motivos de suas petições. A carta de D. Miguel, busca reforçar no soberano a escrita dos humanistas da Cúria romana, principalmente no modelo que outros príncipes utilizavam. Esse esforço em levar a cultura humanista para o reino, não foi apenas nas letras, mas também na arquitetura. Ao retornar para Portugal como bispo de Viseu, entre 1525 e 1539, D. Miguel buscou ter um papel de mecenas, incentivando a construção de diversos monumentos que reproduziam o ambiente romano. Como as inscrições latinas na capela Farol de São Miguel o Anjo, na foz do rio Douro.<sup>81</sup> Um monumento icônico que saúda os antigos e busca “abençoar” os navegantes na travessia pelo oceano.

Artigo recebido em 25/02/2019 e  
aprovado para publicação em 10/06/2019

---

<sup>79</sup> Cf. QUELLER, Donald E. *The Office of Ambassador in the Middle Ages*. Princeton; Nova Jersey: Princeton University Press, 1967, pp. 3-25.

<sup>80</sup> BURKE, Peter. *Hablar y callar*. Op. Cit., p. 68.

<sup>81</sup> ZANATTA DE SOUZA, Maria Luiza. Op. Cit., p. 171.